

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000354-66.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor**
Requerente: **Alex Fernando Antonio**
Requerido: **OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que em 07/11/2011 adquiriu um veículo mediante financiamento e alienação fiduciária à ré, quitando regularmente as prestações a que se comprometeu.

Alegou ainda que quitada a última parcela, e desejando vender o automóvel a terceira pessoa, veio a saber que pendia sobre ele um "bloqueio judicial", circunstância que inviabilizou a transação aludida.

Salientou que como não seria razoável que buscasse seu direito junto ao r. Juízo de Uberaba (do qual emanou o bloqueio mencionado) atribuiu à ré a solução do problema, propugnando pela devolução do que lhe pagou (ou substituição por outro veículo) e pelo ressarcimento dos danos morais que experimentou.

É incontroverso que a transação entre as partes foi implementada em 07/11/2011, como se vê no documento de fls. 10/13.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Ademais, patenteou-se a fl. 75 que o bloqueio de transferência e circulação do automóvel foi determinado em 30/09/2015 pelo r. Juízo da 1ª Vara Cível de Uberaba-MG, tendo origem a restrição em alegação de fraude à execução no respectivo processo.

Já a fl. 76 consta determinação para que o ora autor fosse intimado a manifestar-se sobre a suposta fraude à execução.

O cenário traçado conduz à rejeição da pretensão deduzida.

De início, anoto que quando da formalização do negócio entre as partes (novembro de 2011) inexistia pelo menos ao que consta nenhum obstáculo a tanto, concretizando-se a medida reclamada pelo autor – bloqueio judicial do automóvel – somente em setembro de 2015.

Observe, outrossim, a falta de suporte legal para chamar à responsabilização da ré pelos fatos noticiados.

Sua condição pessoal de instituição financeira de grande porte não lhe impõe a tomada de providência alguma para a reversão do quadro delineado pelo autor, até porque não possui liame com o mesmo.

Significa dizer que nada levaria à ideia de que a ré poderia arcar com consequências de atos com os quais não teve ligação e para os quais não contribuiu.

Por fim, e mesmo que outro fosse o entendimento sobre o tema, não detecto lastro para a providência desejada pelo autor, ou seja, a devolução do montante que ele desembolsou à ré.

Tais pagamentos tiveram razão de ser, consistindo em contraprestação ao financiamento efetivado pela ré, não se encontrando justificativa para que cumpridos os deveres de ambas as partes sucedesse a restituição da importância, máxime diante da falta de obrigação da ré quanto à "regularização" da restrição imposta ao veículo.

Idêntica solução aplica-se à substituição do veículo por outro, seja porque o contrato entre as partes se circunscreveu a um determinado, seja porque eventual contratempo com ele – repita-se uma vez mais sem a participação da ré – não teria o condão de render ensejo à entrega de um segundo.

Nesse mesmo diapasão, não se cogita do pagamento de indenização da ré ao autor para reparação de danos morais à míngua de ato ilícito por parte dela que baseasse essa alternativa.

Assim, sob qualquer ótica de análise a solução será sempre a mesma de rejeição da postulação vestibular.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação,
 mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios,
 com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**